

JUSTIÇA SOCIAL E CIDADANIA: PELA UNIVERSALIZAÇÃO DOS DIREITOS DOS CIDADÃOS.

“É com esta postura democrática e com esses mesmos princípios e valores de que lhes falei agora, que estou aqui, perante cada um de vocês, assumindo a honrosa responsabilidade de representar esse projeto.”

Reinaldo Azambuja

Uma sociedade que pretende ser moderna não pode conviver com problemas como a falta de universalização dos direitos sociais e de cidadania.

A universalização dos direitos é condição para a promoção da felicidade humana, pois trata-se do resgate do homem como sujeito protagonista de sua própria existência.

Essa lógica tem sido invertida nos últimos anos e a manutenção do governo e suas estruturas passaram a ser o fim último do funcionamento da sociedade. E não é.

A democracia pressupõe a existência de um governo eleito pelo povo para atender aos interesses do povo. Atender as necessidades do indivíduo e da sociedade é a razão da existência do governo.

Essa função só se resgata com a universalização dos direitos sociais e de cidadania, criando novas bases de relacionamento entre o indivíduo e o Estado.

Diagnóstico da situação atual

Os principais problemas detectados na área de justiça social e cidadania são os seguintes:

- Aumento dos grupos em situação de risco social.
- Aumento dos índices de violência contra a infância e juventude.
- Crescimento da instabilidade no campo em decorrência da omissão do Governo Federal em relação às questões das demarcações de terras indígenas.
- Aumento dos índices de violência contra a mulher.
- Desatenção à pessoa idosa.
- Desatenção às pessoas portadoras de necessidades especiais.
- Ineficácia de ações de ressocialização de condenados.

- Aumento do número de acidentes de trânsito.
- Aumento do consumo de drogas.
- Déficit habitacional.

Desafios

- Garantir a universalização dos direitos às crianças, idosos, mulheres, família, consumidor e direitos humanos de todas as gerações.
- Proteção dos direitos sociais.
- Fortalecer os instrumentos institucionais da cidadania e do Estado Democrático de Direito para que promovam a paz no campo, mantendo o equilíbrio e o respeito às leis que garantam aos produtores rurais produzir riquezas e às comunidades indígenas preservar sua cultura, seus usos e costumes.
- Modernização do sistema prisional e o sistema de ressocialização.
- Fortalecer a defensoria pública.
- Garantir o acesso ao judiciário.
- Aprimorar o relacionamento com o judiciário.
- Aprimorar o sistema jurídico para atender corretamente os povos indígenas.
- Priorização das mulheres nas políticas de promoção do empreendedorismo.
- Eliminar o déficit habitacional ainda existente no Estado, especialmente, nas cidades pressionadas pela migração desordenada de mão de obra.
- Implantar políticas habitacionais que atendam as comunidades rurais.
- Combater veementemente o racismo por meio de criação de programas afirmativos.